SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA/CE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE SEMACE

CARGO: GESTOR AMBIENTAL – GA02 – TIPO A

FRASE: **"Concentre-se em aprender e não em acreditar."**
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)

SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas e uma prova discursiva contendo **2 (duas)** questões, o candidato receberá do fiscal de sala:
- Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.
- Um caderno de texto definitivo destinado à prova discursiva.

TEMPO

- **04h** (quatro horas) é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação na Folha de Respostas da prova objetiva e da prova discursiva.
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de **02h** (duas horas) do horário de início das provas. Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas e/ou do Caderno de Texto Definitivo por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova, a Folha de Respostas e o caderno de textos definitivos, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

IDECAN

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões de 1 a 10

Andorinhas-azuis intrigam cientistas ao fazerem pequena ilha da Amazônia de casa

Em uma minúscula ilhota no meio do rio Negro, no estado do Amazonas, uma equipe de cientistas em duas lanchas examina atentamente o céu. Conhecida como Ilha do Comaru, ela está submersa, como acontece todos os anos em março, e apenas as copas das árvores aparecem acima da superfície.

Um grupo de andorinhas-azuis passa zunindo, cortando o ar pesado e úmido da região e, logo acima das lanchas e da ilha, um bando de pontinhos negros começa a se acumular, como nuvens de aves.

Elas formam então um redemoinho sincronizado. Poucos minutos depois, porém, caem como uma chuva de granizo negro, incrustando as árvores, enquanto o seu som se intensifica e ocupa todo o começo da noite.

Em questão de minutos esse espetáculo termina, deixando o céu novamente imóvel.

A ilha de apenas cinco hectares – quase o tamanho do Estádio do Morumbi – atrai uma quantidade enorme dessas andorinhas de penugem cintilante. Por receber a visita de aproximadamente 250 mil indivíduos de fevereiro a abril, é considerada um dos maiores refúgios da espécie já descobertos.

O papel que esse lugar desempenha na migração do pássaro intriga os cientistas. Comaru pode ser o ponto de partida, suspeitam os pesquisadores, para muitos dos 9,3 milhões de andorinhas-azuis que se encaminham da América do Sul para a América do Norte anualmente.

Mario Cohn-Haft, curador de aves do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), em Manaus, também acredita que a ilha possa ser fundamental para entender o declínio constante da espécie. "É a maior janela que temos para o que as andorinhas-azuis fazem na América do Sul", diz.

Estima-se que a população reprodutora norte-americana dessas aves tenha diminuído 25% desde 1966. Em algumas áreas, a queda foi ainda mais acentuada. Em outras, as aves desapareceram completamente.

Pouco se sabe sobre os desafios que a espécie encontra quando viaja. "Se pudermos rastrear seus movimentos, descobrir o que estão comendo e analisar se foram contaminados por pesticidas e outros poluentes, podemos aprender algo sobre como estão se saindo aqui", afirma.

Cohn-Haft, junto a cientistas americanos e brasileiros, realizou em 2022 o estudo mais abrangente já feito sobre Comaru, em busca de informações que possam ajudar a garantir o futuro da espécie.

Na América do Norte, a área de reprodução da ave se estende do Canadá ao México, mas se concentra principalmente a leste das Montanhas Rochosas, nos Estados Unidos.

As andorinhas-azuis fazem ninhos exclusivamente em estruturas que os humanos erguem para recebê-los – de cabaças ocas a miniaturas de "condomínios". Os pássaros muitas vezes voltam para o mesmo quintal, e até mesmo para a mesma estrutura, todos os anos, o que facilita a pesquisa com auxílio de dispositivos de rastreamento, que devem ser recuperados junto com as valiosas informações que trazem.

Se os pássaros chegam um pouco atrasados, "nosso telefone toca sem parar com pessoas fora de si, preocupadas que seus bebês não voltaram", diz Joe Siegrist, presidente da Purple Martin Conservation Association, organização sem fins lucrativos de proteção e pesquisa da espécie nos EUA.

Mas essa relação nem sempre foi próxima assim. Cavidades naturais, como espaços ocos em árvores, já foram colônias de andorinhas-azuis. A perda delas, porém – juntamente com a competição de espécies agressivas e não nativas como o estorninho europeu –, tornou as aves "100% dependentes de humanos fornecendo moradia para que eles se reproduzam", diz Siegrist.

Embora já tenham sido estudadas extensivamente na América do Norte, o conhecimento científico sobre as andorinhas-azuis diminui quando elas voam para o Sul. Exatamente para onde vão, quais rotas tomam e qual hábitat encontram ao longo do caminho permanecem como mistérios.

As andorinhas-azuis, por serem insetívoros aéreos (caçam insetos voando), estão entre os grupos de aves de declínio mais rápido, já que as populações de insetos também diminuíram pelo uso de pesticidas, entre outras causas. O risco para essas aves é ainda agravado por suas longuíssimas jornadas de migração.

Elas são avistadas há muito tempo na Amazônia, mas os primeiros estudos mais aprofundados começaram poucos anos atrás. Em 2007, Bridget Stutchbury, bióloga da York University em Toronto, Canadá, equipou os primeiros pássaros canoros (aqueles de cantos harmoniosos) – 20 andorinhas-azuis e 14 tordos-dos-bosques – com geolocalizadores.

(...)

Este é o terceiro ano que Cohn-Haft e Siegrist estudam as aves em Comaru. Eles capturaram cerca de cem pássaros de cada vez, e a maioria deles parece estar preparada para seguir para o hemisfério Norte – com penas novas, melhores para o voo, músculos reforçados e estoques de gordura para a viagem.

Etiquetas de rádio ajustadas às aves em temporadas passadas, detectadas pela rede de receptores dos cientistas, mostraram que permanecem no máximo duas semanas. Isso dá a Cohn-Haft a confiança de que muito mais indivíduos passam pela região do que a contagem até hoje estimou. Para ele, o número deve estar mais perto de 1,5 milhão.

O fato de uma fração tão grande de andorinhas-azuis do mundo depender de um único local suscita preocupações. Embora atualmente não haja planos de construir uma represa no rio Negro, uma futura hidrelétrica, por exemplo, poderia inundar a ilha que serve de poleiro. "Essa densidade populacional os torna vulneráveis", explica Siegrist.

A pesquisa em Comaru também pode apontar para preocupações de conservação mais globais. O mercúrio de fontes naturais e humanas, como as atividades de garimpo, pode percorrer a cadeia alimentar até chegar às andorinhas. Por isso, Hingst-Zaher e Buck investigam se a contaminação por esse metal pesado pode afetar os sistemas endócrinos das aves, reduzindo as reservas de gordura e tornando-as menos aptas para migrar.

Os cientistas esperam que quaisquer descobertas que fizerem ajudem a entender o que está por trás do declínio de outros pássaros canoros, especialmente outros insetívoros aéreos.

Já é quase meia-noite quando os pesquisadores acabam de processar o último pássaro no laboratório montado no restaurante flutuante. Dois estudantes de pós-graduação entram cautelosamente em um barco levando os animais em sacos de pano.

Cohn-Haft, ansioso, pede que eles se apressem. Os pássaros devem voltar ao poleiro o quanto antes para ter uma boa noite de descanso – afinal, eles têm uma longa jornada pela frente.

(**Daniel Grossman, Dado Galdieri**. https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/12/andorinhas-azuis-intrigam-cientistas-ao-fazerem-pequena-ilha-da-amazonia-de-casa.shtml. 28.dez.2022)

1. Em relação às ideias do texto e suas possíveis inferências, analise as afirmativas a seguir:

I. A população de andorinhas-azuis não se reproduz em Comaru pois não há a intervenção humana para a construção de casulos, por exemplo, como ocorre na América do Norte.
II. As pesquisas em torno das andorinhas-azuis podem gerar maior conhecimento acerca da razão de escolherem Comaru como refúgio e da trajetória que fazem entre as Américas.
III. As andorinhas-azuis podem estar expostas a ameaças físicas e químicas, seja com o desaparecimento de Comaru ou com a possível contaminação por mercúrio oriundo da atividade de garimpo.

Assinale

A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. *Embora atualmente não haja planos de construir uma represa no rio Negro, uma futura hidrelétrica, por exemplo, poderia inundar a ilha que serve de poleiro.* (linhas 54 a 56)

Assinale a alternativa em que o termo indicado poderia substituir o sublinhado no período acima, sem grave alteração de sentido.

A) Porquanto
B) Já que
C) Eis que
D) Conquanto
E) Como

3. *As andorinhas-azuis, por serem insetívoros aéreos (caçam insetos voando), estão entre os grupos de aves de declínio mais rápido, já que as populações de insetos também diminuíram pelo uso de pesticidas, entre outras causas.* (linhas 41 e 42)

O segmento sublinhado no período acima é exemplo da função da linguagem

A) conativa.
B) poética.
C) fática.
D) metalinguística.
E) emotiva.

4. Assinale a alternativa em que a palavra indicada, no texto, **não** tenha sido formada por composição.

A) redemoinho (linha 6)
B) pesticidas (linha 21)
C) insetívoros (linha 41)
D) hidrelétrica (linha 55)
E) pós-graduação (linha 64)

5. Assinale a alternativa em que a palavra indicada, no texto, desempenhe papel adjetivo.

A) meio (linha 1)
B) duas (linha 1)
C) partida (linha 12)
D) mais (linha 19)
E) contaminados (linha 21)

6. *Em 2007, Bridget Stutchbury, bióloga da York University em Toronto, Canadá, equipou os primeiros pássaros canoros (aqueles de cantos harmoniosos) – 20 andorinhas-azuis e 14 tordos-dos-bosques – com geolocalizadores.* (linhas 45 e 46)

Os vocábulos sublinhados acima foram grafados corretamente, seguindo a regra convencionada para o uso do hífen.

Assinale a alternativa em que isso **não** tenha ocorrido.

A) mão de obra
B) mico-leão-dourado
C) tartaruga-marinha
D) primeiro-sargento
E) pé-de-moleque

---

7. *As andorinhas-azuis fazem ninhos exclusivamente em estruturas que os humanos erguem para recebê-los – de cabaças ocas a miniaturas de "condomínios". Os pássaros muitas vezes voltam para o mesmo quintal, e até mesmo para a mesma estrutura, todos os anos, o que facilita a pesquisa com auxílio de dispositivos de rastreamento, que devem ser recuperados junto com as valiosas informações que trazem.* (linhas 27 a 30)

No período acima, há

A) sete artigos e dez preposições.
B) sete artigos e onze preposições.
C) oito artigos e dez preposições.
D) oito artigos e doze preposições.
E) nove artigos e onze preposições.

---

8. *A ilha de apenas cinco hectares – quase o tamanho do Estádio do Morumbi – atrai uma quantidade enorme dessas andorinhas de penugem cintilante.* (linhas 9 e 10)

O pronome sublinhado no período acima desempenha papel

A) dêitico.
B) anafórico.
C) catafórico.
D) exofórico.
E) epanafórico.

9. *Pouco se* (1) *sabe sobre os desafios que a espécie encontra quando viaja. "Se* (2) *pudermos rastrear seus movimentos, descobrir o que estão comendo e analisar se* (3) *foram contaminados por pesticidas e outros poluentes, podemos aprender algo sobre como estão se* (4) *saindo aqui", afirma.* (linhas 20 a 22)

A respeito das ocorrências da partícula SE no período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. Há duas ocorrências que apresentam a mesma classificação.
II. Há uma ocorrência que se classifica como pronome oblíquo reflexivo.
III. Em uma das ocorrências, trata-se de conjunção integrante.

Assinale

A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

---

10. *Na América do Norte, a área de reprodução* (1) *da ave* (2) *se estende do Canadá ao México, mas se concentra principalmente a leste das Montanhas Rochosas, nos Estados Unidos.* (linhas 25 e 26)

Assinale a alternativa em que esteja correta e respectivamente indicada a função sintática dos termos (1) e (2) no período acima.

A) complemento nominal e complemento nominal
B) complemento nominal e adjunto adnominal
C) adjunto adnominal e complemento nominal
D) adjunto adverbial e complemento nominal
E) adjunto adnominal e adjunto adnominal

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

11. A Carta Magna Brasileira resguarda, no tocante à Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, a competência da União ao que tange à desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária, destacando as propriedades insuscetíveis de desapropriação, o planejamento e a execução da política agrícola, a destinação de terras públicas e devolutas, os títulos de domínio ou seção de uso, os limites de aquisição ou arrendamento de propriedade rural, a função social da propriedade e, também, o direito à aquisição da propriedade para aquele que por cinco anos ininterruptos, sem oposição, torna a terra produtiva por seu trabalho ou de sua família.
No tocante à função social que é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, critérios e graus de exigência estabelecidos em leis específicas, assinale a alternativa que apresenta a correta descrição do inciso II do artigo 186º.

A) Utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
B) Utilização racional dos recursos naturais disponíveis e conservação do meio ambiente.
C) Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
D) Utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis e conservação do meio ambiente.
E) Utilização racional dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

---

12. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, bem como constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.
"*A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana*". Assinale a afirmativa **incorreta** acerca dos princípios estabelecidos no artigo 2º da referida Lei.

A) Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
B) Compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
C) Proteção de áreas ameaçadas de degradação.
D) Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
E) Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

13. O Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e, dentre outros, considera infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
Prevê que "*As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; V - destruição ou inutilização do produto; VI - suspensão de venda e fabricação do produto; VII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; VIII - demolição de obra; IX - suspensão parcial ou total das atividades; e X - restritiva de direitos.*"
No artigo 9º é regrado o valor da multa e fica estabelecido que esse valor, periodicamente, será corrigido com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, qual seja

A) o mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) e o máximo de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
B) o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
C) o mínimo de R$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
D) o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
E) o mínimo de R$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

---

14. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.
Entre seus entendimentos, institui a área rural consolidada como sendo uma área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a determinada data, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio. Sobre o tema, assinale a alternativa que indica a data determinada na referida Lei.

A) 26 de novembro de 2012.
B) 22 de julho de 2008.
C) 4 de setembro de 2006.
D) 18 de outubro de 2010.
E) 25 de maio de 2012.

15. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, foi um marco considerável na gestão ambiental brasileira. Ela fixa normas "*para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora*", alterando e complementando a Política Nacional do Meio Ambiente.
As ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ser desenvolvidas de modo a atingir os objetivos fundamentais desses entes no exercício da competência comum e a garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando todas as políticas governamentais.

Assinale a alternativa que indica uma das ações administrativas dos Estados.

A) Elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais.
B) Gerir o patrimônio genético e o acesso ao conhecimento tradicional associado, respeitadas as atribuições setoriais.
C) Controlar toda a apanha de espécimes da fauna silvestre, ovos e larvas.
D) Aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.
E) Aprovar a liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

16. A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e considera integrantes desse bioma as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste.
Destaca-se que "*somente os remanescentes de vegetação nativa no estágio primário e nos estágios secundário inicial, médio e avançado de regeneração na área de abrangência definida no caput deste artigo terão seu uso e conservação regulados por esta Lei*".
Conforme essa lei, o órgão que cabe indicar o mapa com as respectivas delimitações de formações florestais nativas e ecossistemas associados é o

A) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
B) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.
C) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.
D) Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.
E) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

17. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e entende que unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, sendo as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.
O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na referida Lei. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Assinale a alternativa que define corretamente Reserva Extrativista.

A) É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
B) É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
C) É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
D) É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
E) É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência, na criação de animais de pequeno porte, tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

18. A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Conforme a Lei nº 12.305/2010, assinale a alternativa que traz um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A) Reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.
B) Visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.
C) Poluidor-pagador e o protetor-recebedor.
D) Prevenção e a precaução.
E) Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos.

---

19. A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesse âmbito, os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos.

Na sua esfera de competência, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, qual atribuição cabe exclusivamente aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal, conforme previsto no artigo 30º, da Lei nº 9.433/1997?

A) Tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
B) Outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência.
C) Realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica.
D) Implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito nacional.
E) Promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

20. A Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011, dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APPs e destaca que "*a recuperação voluntária de APP com espécies nativas do ecossistema onde está inserida, respeitada metodologia de recuperação estabelecida nesta Resolução e demais normas aplicáveis, dispensa a autorização do órgão ambiental.*"
Outro importante mecanismo prevê que "*a recuperação de APP, em conformidade com o que estabelece esta Resolução, bem como a recuperação de reserva legal, é elegível para os fins de incentivos econômicos previstos na legislação nacional e nos acordos internacionais relacionados à proteção, à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e florestas ou de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.*"

Entre os requisitos e procedimentos a seguir, qual **não** está detalhadamente previsto na recuperação de APP mediante condução da regeneração natural de espécies nativas?

A) Manutenção dos indivíduos de espécies nativas estabelecidos, plantados ou germinados, pelo tempo necessário, sendo no mínimo dois anos, mediante coroamento, controle de plantas daninhas, de formigas cortadeiras, adubação quando necessário e outras.
B) Proteção, quando necessário, das espécies nativas mediante isolamento ou cercamento da área a ser recuperada, em casos especiais e tecnicamente justificados.
C) Adoção de medidas de controle e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras de modo a não comprometer a área em recuperação.
D) Prevenção e controle do acesso de animais domésticos ou exóticos.
E) Adoção de medidas para conservação e atração de animais nativos dispersores de sementes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Pedologia pode ser entendida como a ciência da gênese, da morfologia e da classificação dos solos. Seus estudos incluem compreender a interação entre os fatores e processos de formação do solo e sua influência nos atributos morfológicos, físicos, químicos e mineralógicos do solo. Essa interação possibilita a variabilidade dos tipos de solo existentes.
A caracterização dos atributos morfológicos (espessura, transição, cor, textura, estrutura e consistência, dentre outros) permite a compreensão da dinâmica de formação do solo, a sua classificação e as inferências para seu manejo.

Sobre o tema, assinale a alternativa que traz as principais características dos latossolos.

A) São formados pela remoção da sílica e das bases do perfil (Ca2+, Mg2+, K+ etc), após transformação dos minerais primários constituintes. São solos minerais, não-hidromórficos, profundos, horizontes B muito espesso com sequência de horizontes A, B e C pouco diferenciados; as cores variam de vermelhas muito escuras a amareladas, geralmente escuras no A, vivas no B e mais claras no C. A sílica e as bases trocáveis são removidas do sistema, levando ao enriquecimento com óxidos de ferro e de alumínio que são agentes agregantes, dando à massa do solo aspecto maciço poroso; apresentam estrutura granular muito pequena; são macios quando secos e altamente friáveis quando úmidos. Apresentam teor de silte inferior a 20% e argila variando entre 15% e 80%. São solos com alta permeabilidade à água, podendo ser trabalhados em grande amplitude de umidade.
B) São solos minerais, não-hidromórficos, com horizonte A ou E (horizonte de perda de argila, ferro ou matéria orgânica, de coloração clara) seguido de horizonte B textural, com nítida diferença entre os horizontes. Apresentam horizonte B de cor avermelhada até amarelada e teores de óxidos de ferro inferiores a 15%. Podem ser eutróficos, distróficos ou álicos. Têm profundidade variada e ampla variabilidade de classes texturais.
C) São solos minerais, não-hidromórficos, apresentando cor vermelho-escura tendendo à arroxeada. São derivados do intemperismo de rochas básicas e ultrabásicas, ricas em minerais ferromagnesianos. Na sua maioria, são eutróficos com ocorrência menos frequente de distróficos e raramente álicos. Apresentam horizonte B textural, caracterizado mais pela presença de estrutura em blocos e cerosidade do que por grandes diferenças de textura entre os horizontes A e B. A textura varia de argilosa a muito argilosa e são bastante porosos (normalmente a porosidade total é superior a 50%). Seus teores de ferro (Fe2O3) são elevados (superiores a 15%).
D) São solos minerais, hidromórficos, apresentando horizontes A (mineral) ou H (orgânico), seguido de um horizonte de cor cinzento-olivácea, esverdeado ou azulado, resultado de modificações sofridas pelos óxidos de ferro existentes no solo (redução) em condições de encharcamento durante o ano todo ou parte dele. Podem apresentar tanto argila de baixa atividade quanto de alta atividade; são solos pobres ou ricos em bases ou com teores de alumínio elevado.
E) Em geral, são solos originados de depósitos arenosos, apresentando textura areia ou areia franca ao longo de pelo menos 2 m de profundidade. Esses solos são constituídos essencialmente de grãos de quartzo, sendo, por conseguinte, praticamente destituídos de minerais primários pouco resistentes ao intemperismo.

22. Os cálculos associados ao transporte de sedimentos constantemente fazem uso do número adimensional proposto por Reynolds e bastante utilizado na mecânica de fluidos para o cálculo do regime de escoamento de determinado fluido sobre uma superfície. O Número de Reynolds é normalmente utilizado em projetos de tubulações industriais, aeronaves e embarcações. Basicamente o número de Reynolds (Re) é expresso pela fórmula: Re = V x L x D / U. Onde V é velocidade do fluxo; L é a profundidade do canal ou o diâmetro de um cano; D é a densidade do fluido e U é a viscosidade.
Considerando que existe uma faixa de transição entre os valores resultantes e que fluxos naturais laminares incluem fluxos de lama e, até, derrame de lava e que, por sua vez, água e ar são considerados, normalmente, turbulentos, segundo o Número de Reynolds, são os valores atribuídos ao fluxo laminar e ao turbulento, respectivamente,

A) menor que 250 e maior que 500.
B) menor que 500 e maior que 2.000.
C) menor que 50 e maior que 100.
D) menor que 10 e maior que 25.
E) menor que 10 e maior que 15.

23. A Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, estabelece que *"as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional são classificadas, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes, em treze classes de qualidade*" e que "*as águas de melhor qualidade podem ser aproveitadas em uso menos exigente, desde que este não prejudique a qualidade da água, atendidos outros requisitos pertinentes.*"
Considerando o parâmetro de densidade de cianobactérias, o valor máximo permitido para as águas doces da classe 1, conforme a Resolução Conama nº 357/2005, é

A) 15.000 cel/ml ou 1,5 mm3/l.
B) 100 cel/ml ou 0,1 mm3/l.
C) 20.000 cel/ml ou 2 mm3/l.
D) 1.000 cel/ml ou 1 mm3/l.
E) 10.000 cel/ml ou 10 mm3/l.

24. De forma abrangente, a Geologia pode ser compreendida como a ciência que estuda e explora a Terra. O Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, regulamenta, entre outros, o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e considera que "*são fundamentos para o desenvolvimento da mineração: I – o interesse nacional; e II – a utilidade pública.*" bem como "*as jazidas minerais são caracterizadas: I – por sua rigidez locacional; II – por serem finitas; e III – por possuírem valor econômico.*" O Decreto também estabelece que "*a atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, o transporte, a comercialização dos minérios, o aproveitamento, o armazenamento de estéreis e rejeitos*", bem como "*a recuperação do ambiente degradado compreenderá, entre outras atividades, o fechamento da mina e o descomissionamento de todas as instalações, incluídas as barragens de rejeitos.*"

Entre os aspectos descritos no inciso 3º do artigo 5º do Decreto nº 9.406/2018, assinale o aspecto que **não** está descrito como necessário para o fechamento da mina.

A) A recuperação ambiental da área degradada.
B) A desmobilização das instalações e dos equipamentos que componham a infraestrutura do empreendimento.
C) A aptidão e o propósito para o uso futuro da área.
D) O monitoramento e o acompanhamento dos sistemas de disposição de rejeitos e estéreis, da estabilidade geotécnica das áreas mineradas e das áreas de servidão, do comportamento do aquífero e da drenagem das águas.
E) O estabelecimento de vegetação, preferencialmente com espécies nativas, nas áreas exploradas.

---

25. A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento, que "*baseia-se nos seguintes fundamentos: I – a água é um bem de domínio público; II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.*"
O instrumento que **não** está previsto no artigo 5º da Política Nacional de Recursos Hídricos, é

A) a compensação a municípios.
B) o desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento.
C) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
D) a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
E) o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água.

26. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e, entre outros, cria o "*Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.*"
Segundo essa Lei, também conhecida como o Novo Código Florestal, a inscrição no CAR exigirá do proprietário ou possuidor rural: "*I – identificação do proprietário ou possuidor rural; II – comprovação da propriedade ou posse; III – identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.*"
Conforme previsto na Lei nº 12.651/2012, no artigo 29º, assinale o órgão, em que, preferencialmente, deve ser feita a inscrição do imóvel rural no CAR.

A) No Serviço Florestal Brasileiro.
B) No órgão ambiental municipal ou estadual.
C) No Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
D) No Ministério do Meio Ambiente.
E) No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

---

27. A Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, além de instituir a Taxa de Serviços Administrativos – TSA e estabelecer preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA e dá outras providências. Entre essas providências, acresce artigos à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n º 6.938, de 31 de agosto de 1981).
Um dos artigos acrescidos versa sobre "*as ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental*". Essas competências cabem

A) aos órgãos integrantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.
B) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama.
C) aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – Oema.
D) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama.
E) aos órgãos integrantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

28. Climatologia pode ser compreendido como o estudo científico de climas, que é definido como as condições climáticas médias durante um período de tempo, considerando as variáveis e médias do clima tanto a curto como longo prazo.
A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelecendo seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Entre seus entendimentos considera efeitos adversos da mudança do clima como as "*mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos*", bem como conceitua vulnerabilidade como o "*grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos*".

Assinale a alternativa que indica o instrumento que **não** está previsto no artigo 6º da PNMC.

A) Fóruns regionais e locais.
B) Indicadores de sustentabilidade.
C) Desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento.
D) Linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados.
E) Medidas de divulgação, educação e conscientização.

29. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Na seção III, que versa sobre Poluição e outros Crimes Ambientais, em seu artigo 54º, dispõe que "*causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º Se o crime é culposo: Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa."*
Por sua vez, os crimes "*I – tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; II – causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; III – causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; IV – dificultar ou impedir o uso público das praias; e, V – ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos"* têm pena prevista de

A) detenção, de dois anos, e multa.
B) reclusão de dois a quatro anos, e multa.
C) reclusão, de um a cinco anos.
D) reclusão, de um a quatro anos, e multa.
E) detenção, de dois anos.

30. A Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, estabelecendo que as águas doces têm salinidade igual ou menos que 0,5%; as salobras entre 0,5% e 30% e as salinas igual ou superior a 30%.
Destaca-se que "*as águas doces, salobras e salinas do Território Nacional são classificadas, segundo a qualidade requerida para os seus usos preponderantes, em treze classes de qualidade*" especificando-se que "*as águas de melhor qualidade podem ser aproveitadas em uso menos exigente, desde que este não prejudique a qualidade da água, atendidos outros requisitos pertinentes.*"
Por sua vez, as águas doces são classificadas em cinco classes, sendo: Classe Especial, Classe 1, Classe 2, Classe 3 e Classe 4. As águas doces da Classe Especial destinam-se

A) ao abastecimento para consumo humano, com desinfecção; à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas; e à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.
B) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado; à proteção das comunidades aquáticas; e à recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho.
C) à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e à proteção das comunidades aquáticas em terras indígenas.
D) ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado; à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; à pesca amadora; à recreação de contato secundário; e à dessedentação de animais.
E) à navegação e à harmonia paisagística.

31. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e entende a Reserva Legal como "*área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa*".
Acrescida em sua redação pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, o caput do artigo 12º da Lei de Proteção da Vegetação Nativa passou a vigorar da seguinte forma "*todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei*:"
Relacionado às demais áreas do País, excluídas as áreas da Amazônia Legal, qual a percentagem nos imóveis rurais a ser mantida como Reserva Legal?

A) 5% (cinco por cento).
B) 25% (vinte e cinco por cento).
C) 15% (trinta e cinco por cento).
D) 20% (vinte por cento).
E) 10% (dez por cento).

32. As concentrações de poluentes atmosféricos definem os padrões de qualidade do ar e podem afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral.
O anexo III da Resolução Conama nº 491/2018 versa sobre os Níveis de Atenção, Alerta e Emergência para Poluentes e suas Concentrações. Assinale os respectivos níveis de atenção, alerta e emergência para os poluentes SO2 (µg/m3, média de 24h) e CO (ppm, média móvel de 8 horas).

A) SO2 (µg/m3, média de 24h) Atenção: 800, Alerta: 1600 e Emergência: 2100; e CO (ppm, média móvel de 8 horas) Atenção:125, Alerta: 210 e Emergência: 250.
B) SO2 (µg/m3, média de 24h) Atenção: 100, Alerta: 1200 e Emergência: 2000; e CO (ppm, média móvel de 8 horas) Atenção:205, Alerta: 300 e Emergência: 350.
C) SO2 (µg/m3, média de 24h) Atenção: 450, Alerta: 1000 e Emergência: 2500; e CO (ppm, média móvel de 8 horas) Atenção:150, Alerta: 200 e Emergência: 500.
D) SO2 (µg/m3, média de 24h) Atenção: 1000, Alerta: 1500 e Emergência: 2000; e CO (ppm, média móvel de 8 horas) Atenção:200, Alerta: 300 e Emergência: 350.
E) SO2 (µg/m3, média de 24h) Atenção: 450, Alerta: 1500 e Emergência: 2000; e CO (ppm, média móvel de 8 horas) Atenção:200, Alerta: 400 e Emergência: 800.

---

33. A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e considera que "*o lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.*"

No tocante a prestação de serviços públicos de saneamento básico que observará o respectivo plano, poderá ser específico para cada serviço. Tendo por base o artigo 19º, da Lei nº 11.445/2007, qual quesito **não** está previsto?

A) Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais.
B) Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento.
C) Resultados a serem obtidos no curto, médio e longo prazos para a universalização, estruturados a partir de dados atualizados do levantamento censitário oficial.
D) Ações para emergências e contingências.
E) Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

RASCUNHO

34. A Resolução Conama nº 357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como classifica a destinação da água e os métodos de tratamento necessários para possibilitar o abastecimento visando o consumo humano.
Considerando desinfecção como a remoção ou inativação de organismos potencialmente patogênicos; tratamento avançado como as técnicas de remoção e/ou inativação de constituintes refratários aos processos convencionais de tratamento, os quais podem conferir à água características como cor, odor, sabor, atividade tóxica ou patogênica; tratamento convencional como a clarificação com utilização de coagulação e floculação, seguida de desinfecção e correção de pH; e tratamento simplificado como a clarificação por meio de filtração, desinfecção e correção de pH, quando necessário, assinale a alternativa com os respectivos tratamentos, conforme a classificação das águas doces prevista na Resolução Conama nº 357/2005 para o consumo humano.

A) Classe especial: tratamento avançado. Classe 1: tratamento convencional. Classe 2: tratamento simplificado. Classe 3: desinfecção.
B) Classe especial: tratamento simplificado. Classe 1: tratamento convencional. Classe 2: tratamento avançado. Classe 3: desinfecção.
C) Classe especial: tratamento simplificado. Classe 1: tratamento convencional. Classe 2: tratamento convencional. Classe 3: desinfecção ou tratamento avançado.
D) Classe especial: desinfecção. Classe 1: tratamento simplificado. Classe 2: tratamento convencional. Classe 3: tratamento convencional ou avançado.
E) Classe especial: tratamento convencional ou avançado. Classe 1: tratamento convencional. Classe 2: tratamento simplificado. Classe 3: desinfecção.

35. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e entende que a Área de Preservação Permanente – APP é a "*área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas*".
No tocante à delimitação das Áreas de Preservação Permanente, em áreas rurais ou urbanas, nas áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, o raio mínimo a ser preservado é de

A) 8 (oito) metros.
B) 50 (cinquenta) metros.
C) 20 (vinte) metros.
D) 15 (quinze) metros.
E) 5 (cinco) metros.

36. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC e autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.
Destaca-se que "*a PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil*", bem como "*a PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.*"
Conforme previsto neste marco normativo, assinale a alternativa que indique a quem é destinada a linha de crédito específica que a União que poderá manter, por intermédio de suas agências financeiras oficiais de fomento, em Municípios atingidos por desastre que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo Federal.

A) Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.
B) Às Sociedades de Economia Mista.
C) Às Organizações da Sociedade Civil – OSC.
D) Às Organizações Não Governamentais – ONG.
E) Ao capital de giro e ao investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas.

37. A Carta Magna Brasileira, em seu artigo 5º, estabelece que "*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*".
Dentre os termos especificados, a "*parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência*", é

A) a sociedade civil.
B) a Defensoria Pública.
C) a União.
D) qualquer cidadão.
E) o Ministério Público.

38. A Resolução Conama nº 503, de 14 de dezembro de 2021, define critérios e procedimentos para o reúso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxarias, considerando que "*o reúso de que trata esta Resolução deve ser realizado com o efluente estabilizado de acordo com os parâmetros e valores nela previstos*".
No tocante "*à caracterização do efluente para reúso em sistemas de fertirrigação deve ser realizada antes da primeira aplicação e, após, anualmente, considerando-se estabilizado caso atenda aos seguintes parâmetros e valores máximos: I - pH: entre 5 e 9; II - óleos e graxas: óleos minerais: até 20 mg/L; óleos vegetais e gorduras animais: até 50 mg/L; III - parâmetros e valores máximos estabelecidos na Resolução Conama nº 430, de 2011, art. 16, II, exceto aqueles de interesse agronômico quais sejam, Boro total, Cobre dissolvido, Ferro dissolvido, Manganês dissolvido, Nitrogênio amoniacal total e Zinco total.*", destacando-se que o uso de efluentes industriais com ou sem mistura com esgoto sanitário deverá ser precedido de análise microbiológica.
Especificamente nesta situação, visando a aplicação em alimentos consumidos crus com o parâmetro para bactéria *Escherichia Coli* e a frequência de monitoramento bimestral, o valor máximo permitido (UFC ou NMP/100ml), é

A) 7.500.
B) 5.500.
C) 5.000.
D) 10.000.
E) 1.000.

39. A Resolução Coema/CE nº 3, de 6 de junho de 2019, dispõe sobre procedimentos, condições, parâmetros, padrões, exigências e critérios para tratamento de dejetos de suínos com finalidade de produção de fertilizantes orgânicos para fins agrícolas e florestais. Estabelece que "*o sistema de armazenamento de dejetos de suínos deve ser projetado com duas unidades de armazenamento (esterqueiras ou lagoas) manejadas em paralelo e com alimentação intercalada*", bem como que "*os sistemas de armazenamento de dejetos (esterqueiras e lagoas de armazenamento) devem ser isolados e devem ter uma altura mínima de segurança de 25 cm de distância entre o nível mais alto dos dejetos e a esterqueira para evitar o risco de transbordamento.*"
Referente aos Fatores Ligados à Aplicação do Fertilizante Orgânico de Suínos, a distância mínima a ser estabelecida nas áreas de criação, respectivamente, de vias públicas federais/estaduais; de vias públicas municipais; a partir da faixa de domínio, para municípios que não possuem a faixa de domínio definida por lei; entre as esterqueiras e terrenos vizinhos e habitações rurais é

A) vinte metros; quinze metros; vinte metros; vinte e cinco metros.
B) trinta metros; vinte metros; vinte e cinco metros; quarenta metros.
C) quinze metros; dez metros; quinze metros; vinte metros.
D) vinte e cinco metros; vinte metros; vinte e cinco metros; trinta metros.
E) trinta metros; vinte e cinco metros; vinte metros; trinta metros.

40. Segundo a Embrapa, no tocante aos Satélites de Monitoramento, a série LandSat foi gerenciada pela National Aeronautics and Space Administration (NASA) e pela U.S. Geological Survey (USGS) e envolveu o lançamento de oito satélites. Suas principais aplicações são: Mapeamentos temáticos diversos, na área de recursos naturais, agricultura, silvicultura, pedologia, queimadas, proteção e conservação da natureza, monitoramento ambiental, poluição; Hidrologia, mapeamentos de áreas alagadas, eutrofização; Prospecção geológica, atualização de mapas e cartas, classificação de tipos de rochas, recursos minerais, mapas geomorfológicos; Mapas de uso e cobertura das terras, atualização de mapas e dados cartográficos, mapas de aptidão agrícola das terras, identificação de áreas irrigadas, mudanças climáticas; Planejamento urbano e regional, infraestrutura, indicadores sociais, etc.
Dos satélites ainda ativos, existem o LandSat 7 e o LandSat 8. Ambos orbitam a altitude de 705 km, com mesma inclinação de 98,2º e tempo de duração aproximado de 99 minutos, com períodos semelhantes de período de revista de 10 dias e tempo de vida projetado de 5 anos.
Um dos fatores que diferenciam os satélites são os sensores e a órbita. Respectivamente, quais são os sensores e a órbita dos satélites LandSat 7 e LandSat 8?

A) LandSat 7: sensores RBV e MSS e órbita Polar, heliossincróna. LandSat 8: sensores OLI e TIRS e órbita Circular.
B) LandSat 7: sensores RBV e MSS e órbita Circular. LandSat 8: sensor ETM+ e órbita Polar, heliossincróna.
C) LandSat 7: sensores OLI e TIRS e órbita Circular. LandSat 8: sensor ETM+ e órbita Polar, heliossincróna.
D) LandSat 7: sensores OLI e TIRS e órbita Polar, heliossincróna. LandSat 8: sensores RBV e MSS e órbita Circular.
E) LandSat 7: sensor ETM+ e órbita Polar, heliossincróna. LandSat 8: sensores OLI e TIRS e órbita Circular.

PROVA DISCURSIVA

1ª QUESTÃO

Explique a diferença entre as APPs (Áreas de Proteção Permanente) e as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) e sua importância para a preservação do meio ambiente, tendo como base o Código Florestal Brasileiro.

2ª QUESTÃO

Em 12 de dezembro de 2022, o governo federal, no final do mandato, aprovou a privatização do Parque Nacional de Jericoacoara, no Ceará. A resolução foi assinada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e por Bruno Westin Prado Soares Leal, secretário especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). O local é administrado atualmente pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) – autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Leia mais no texto original: (https://www.poder360.com.br/governo/governo-aprova-privatizacao-do-parque-de-jericoacoara/)

Caso a privatização realmente aconteça, quais são as consequências (ambientais, econômicas, sociais...) que poderão ser observadas na localidade?

RASCUNHO PARA QUESTÃO 1

RASCUNHO PARA QUESTÃO 2